REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO

IAVE INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P.

Exame Final Nacional de História B

Prova 723 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2020

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos. 13 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 4 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final (itens **I – 1.**, **II – 1.**, **III – 1.** e **III – 2.**). Dos restantes 11 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 7 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

MODELOS ECONÓMICOS EM CONFRONTO NA EUROPA DOS SÉCULOS XVII E XVIII

Documento 1

Um programa económico para a Áustria, por Philipp von Hornick (1684)

Se a força e a grandeza de um país residem nos seus excedentes em ouro, prata e todas as outras coisas necessárias ou proveitosas para a sua subsistência [...], uma economia nacional deve ponderar sobre como tais excedentes [...] devem ser alcançados, sem depender de outros ou [...] com a menor dependência possível de países estrangeiros, poupando o dinheiro do próprio país. [...]

Não deve ser permitida a importação [...] de mercadorias das quais haja, entre nós, abastecimento suficiente e de qualidade satisfatória. [...]

Antes de mais, devemos introduzir manufaturas na Áustria, conceder privilégios para esse fim, fundar companhias; [...] devemos aplicar pesadas taxas e impostos sobre a importação de produtos estrangeiros, para que não sejam tão baratos como os nacionais [...]. Mas estes meios são, em meu entender, incertos e demorados [...]. [Além disso] faltarão capitais, porque as pessoas ricas não quererão gastar o dinheiro dos seus cofres, por falta de confiança no projeto. [...] Onde obter o capital para investir? Estarei talvez correto se responder que tal compete ao Príncipe [...].

Mas aquelas nações cujas mercadorias propomos proibir ficarão furiosas e vedar-nos-ão o acesso a produtos de que ainda poderemos precisar; os nossos produtos, que eles, até agora, adquiriam, serão deixados nas nossas mãos; os nossos aliados [...] abandonar-nos-ão em tempos de necessidade. [...] Quando nos tornarmos mais fortes financeiramente, em resultado da nossa poupança, não teremos necessidade de alianças e de apoio externo [...].

Philipp W. von Hornick, «Oesterreich über Alles, wann es nur will», ed. Arthur Eli Monroe, in *Early economic thought: selections from economic literature prior to Adam Smith*, Cambridge Mass., Harvard University Press, 1924, pp. 219-243. (Texto traduzido e adaptado)

Documento 2

Carta de André Morellet ao ministro dos Negócios Estrangeiros francês, sobre a economia britânica (1784)

Mylord Shelbourne* goza de grande estima entre os negociantes, que têm, como sabemos, uma grande influência neste país. [...] É preciso entender que o comércio de Inglaterra tomou há algum tempo um novo rumo, diferente do anterior. Antigamente, os comerciantes das grandes cidades possuíam os capitais e faziam trabalhar os manufatureiros, a quem forneciam a maior parte dos adiantamentos; hoje, são os manufatureiros que têm os capitais, e os comerciantes mais não são que os seus intermediários; [...] os manufatureiros ou negociantes mantêm uma correspondência contínua com *Mylord* Shelbourne [...].

Li várias cartas desse género e as respostas de *Mylord* Shelbourne. Em todas ele cuidou de lhes sugerir os princípios da liberdade de comércio, afirmando que é somente através deles que o ministério pode alcançar esse grande objetivo. Li [...] uma carta de um negociante de Liverpool [...] sobre certos regulamentos propostos para impedir a exportação de ofícios e ferramentas e a emigração de artesãos que vão estabelecer nos países estrangeiros os seus diversos géneros de indústria.

Mylord Shelbourne [...] diz-lhe que há suficientes leis severas desse género [...] e faz-lhe ver os inconvenientes das proibições e dos direitos exclusivos. Salienta que o Governo, ao estabelecer uma proibição, concede, no fundo, a todos os que usufruem dos monopólios criados pelas proibições o direito de lançar impostos arbitrários sobre os seus concidadãos. Diz-lhe que as proibições suscitam da parte das nações estrangeiras proibições recíprocas; a Inglaterra é a que mais perde [...] neste combate, porque é o país que tem mais comércio e indústria. Acreditamos que estes princípios são [...] muito cosmopolitas e que [...] deverão agradar, certamente, a todas as outras nações.

G. Schelle, *Vincent de Gournay*, Paris, Guillaumin et C^{ie}, 1897, pp. 286-288.
(Texto traduzido e adaptado)

* William Petty, 2.º Conde de Shelbourne, chefe do governo britânico em 1782-1783.

1. A «força e a grandeza» (documento 1, linha 1) de uma Nação devem assentar, na perspetiva de Philipp von Hornick,

(A) no desenvolvimento das manufaturas de produtos luxuosos.

(B) no metalismo, conseguido através do investimento na extração mineira.

(C) no acumular de metais preciosos, através de uma balança comercial positiva.

(D) no fabrico de mercadorias competitivas no mercado externo.

2. A existência de «leis severas», no âmbito das economias do Antigo Regime, para «impedir a exportação de ofícios e ferramentas e a emigração de artesãos» (documento 2, linhas 11-14) tinha por objetivo

(A) dificultar o desenvolvimento manufatureiro noutros países.

(B) restringir a saída de bens de consumo e de mão de obra.

(C) potenciar os avanços técnicos da indústria inglesa.

(D) promover o controlo da circulação de mercadorias.

3. Compare as duas teorias económicas existentes na Europa dos séculos XVII e XVIII, evidenciadas nos documentos 1 e 2, quanto a dois aspetos em que se distinguem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

GRUPO II

OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Documento 1

Reflexões de Maria Rattazzi acerca do panorama político e económico em Portugal (1879)

O governo, que em cada nova legislatura contrai um pequeno empréstimo para auxiliar os seus amigos, cobre de oiro e de promessas os distritos eleitorais onde pressente que haverá luta, e o seu candidato acumula promessas sobre promessas. [...]

António Maria Fontes Pereira de Melo possui o traço distintivo do moderno estadista [...]; as suas palavras são ações, e as ações caminhos de ferro, tratados de comércio, de legislação, de fazenda [...]. Os ministérios das obras públicas, agricultura e comércio não existiam antes dele. Portugal deve-lhe os seus centros agrícolas e industriais, as construções dos caminhos de ferro e dos telégrafos, a aplicação do sistema métrico aos pesos e medidas, a regularidade do pagamento da dívida pública [...], o primeiro passo dado no caminho da liberdade das tarifas [...].

Referindo-nos à época atual, a política dividiu a sociedade portuguesa em quatro partidos absolutamente distintos: Progressistas, Regeneradores, Republicanos, Legitimistas. [...] Os republicanos representam em Portugal o grupo formado pelas ideias liberais avançadas, desde os republicanos moderados até aos socialistas. Este partido [...] é o menos numeroso e o mais moderno. [...] O poder pertence, pois, em parcelas pouco mais ou menos idênticas, ora aos progressistas, ora aos regeneradores.

Maria Rattazzi, *Portugal de relance*, Lisboa, Livraria Zeferino Editora, 1881, Vol. II, pp. 188, 196-197 e 202-204. (Texto adaptado)

Documento 2

Finanças públicas e sistema político em Portugal, segundo Teófilo Braga (1881)

O problema imediato que embaraça [...] os governos monárquicos é a questão financeira; as despesas da sumptuosidade governativa [...] são maiores do que a receita pública. Os políticos das monarquias [...] conservam todos os velhos abusos do sistema, usando do crédito nacional para recorrerem aos empréstimos [...]. Os dinheiros da nação são gastos arbitrariamente à sombra de uma ilusão chamada orçamento, [...] que a título de necessidades do Estado serve para desviar, segundo os interesses pessoais e as urgências da aliciação partidária, os dinheiros do tesouro.

Nesta situação difícil, e já normal, expressa pela palavra corrente *deficit*, é que se fundou o sistema financeiro das monarquias, que [...] consiste em duas operações, que se alternam e que se motivam uma à outra: os empréstimos e os impostos. [...]

Eis a vara mágica que faz aparecer repentinamente o capital. Não se olha às condições onerosas* com que se obtém o dinheiro, não se regateia com a agiotagem** dos banqueiros [...]. Como não há limite nem regra para levantar capitais por empréstimo, também não há limite para exigir aos cidadãos de um país impostos e mais impostos. [...]

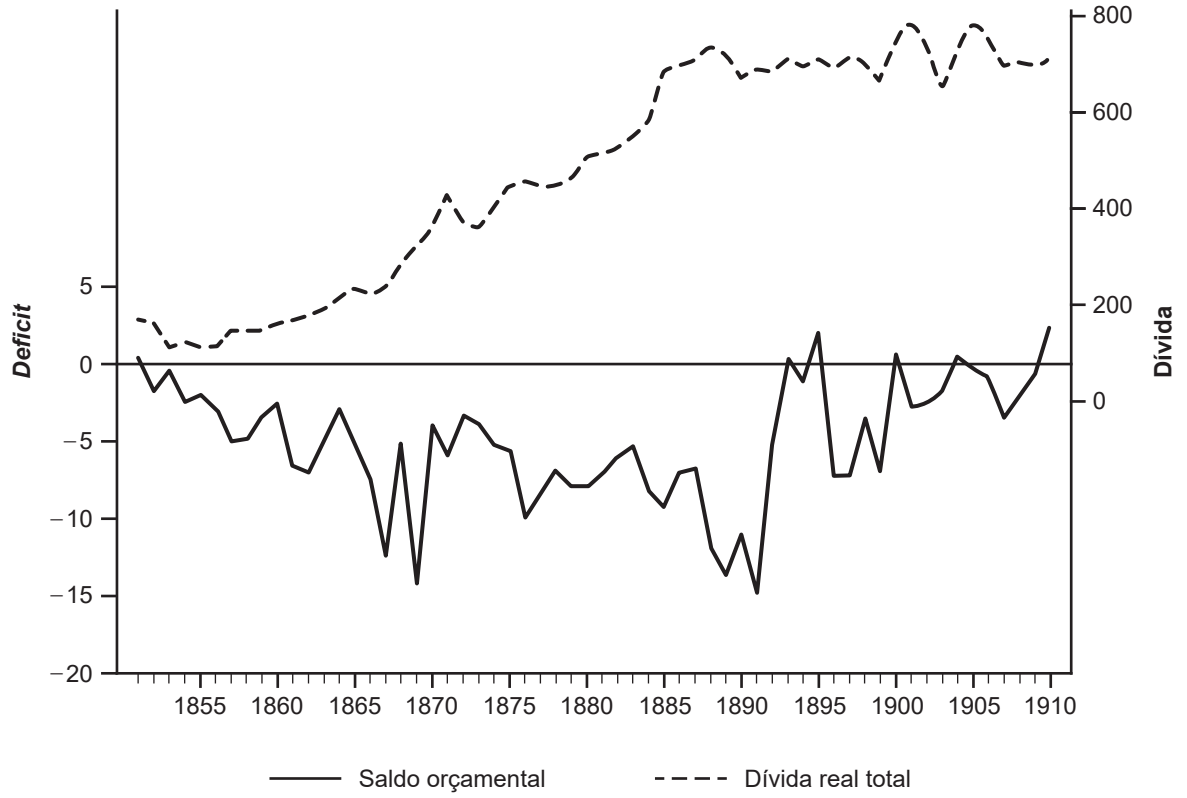
Só a República, baseando-se diretamente sobre a vontade nacional, é que pode fundar um regime de economia, [...] abolindo o sistema de empréstimos e, consequentemente, limitando e diminuindo as exigências tributárias. Os que sofrem a pressão fiscal queixam-se como o cão que morde o pau. A mão que move essa rede varredoura é a monarquia.

Teófilo Braga, *Dissolução do systema monarchico representativo*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881, pp. 64-69. (Texto adaptado)

* com altas taxas de juro.
** especulação financeira.

Documento 3

Evolução das contas públicas e da dívida real entre 1851 e 1910, em milhares de contos a preços de 1914



Rui Pedro Esteves, «O *crowding-out* em Portugal 1879-1910: uma análise exploratória», in *Análise Social*, XXXIII (1998), p. 579.

1. Desenvolva o tema ***O impacto das medidas modernizadoras da Regeneração na evolução económica e política de Portugal, entre 1851 e 1880***, abordando os tópicos de orientação seguintes:

- opções de política económica e financeira e suas consequências;
- funcionamento do sistema político e emergência do republicanismo.

Na sua resposta,

– analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
– relacione os elementos apresentados com o tema;
– integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

2. Explicite duas causas da crise financeira de 1890-1892.

Uma das causas deve ser fundamentada com excertos relevantes do documento 2 e a outra causa com informação do documento 3.

3. A alteração significativa do saldo orçamental do Estado português, entre 1892 e 1910 (documento 3), deveu-se, entre outros fatores,

(A) ao aumento dos direitos alfandegários sobre produtos importados.

(B) ao agravamento da despesa corrente do Estado.

(C) à adoção de uma política económica tendencialmente livre-cambista.

(D) à diminuição das despesas com a dívida pública.

Página em branco

GRUPO III

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS EM PORTUGAL: DAS ORIGENS AO FIM DO ESTADO NOVO

Documento 1 (conjunto documental)

A – Soldado português em África, durante a Guerra Colonial.

B – Inauguração da Exposição do Mundo Português.

C – Tribunal indígena em Moçambique, no ano da promulgação do Ato Colonial.

D – Hastear da bandeira da Guiné-Bissau após o arrear da bandeira portuguesa.

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – www.transicaopolitica.pt/copia-de-mocidade-portuguesa-e-a-legiao-portuguesa/ (consultado em 05/11/2019).

B – http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2011/07/grande-exposicao-do-mundo-portugues-de.html (consultado em 12/11/2019).

C – https://delagoabayworld.wordpress.com/page/50/ (consultado em 05/11/2019).

D – https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Colonial_Portuguesa (consultado em 05/11/2019).

Documento 2

***A Lavoira de Entre-Douro-e-Minho*, poema do Conde de Villas-Boas para a I Exposição Colonial** (1934)

Também a gente cá da lavoira
Sente o Império no coração,
E ao sol do Minho que os campos doira
Também viemos à Exposição.

Ver mais de perto tantas riquezas
Que são o encanto do nosso olhar,
Que produziram mãos portuguesas
Nas nossas terras d'Além do mar.

Como sucede nas tangerinas
Em que um só fruto tem muitos gomos,
Nossas províncias ultramarinas
São portuguesas como nós somos.

Nós, como elas, filhas queridas
De uma só Pátria grande e imortal,
Nós e mais elas, todas unidas,
Somos um todo que é Portugal.

Veio connosco pelo caminho
O nosso jeito de trabalhar,
Somos do campo, somos do Minho
Estrada fora sempre a cantar.

E ao regressarmos da romaria,
Que hoje fizemos à Exposição,
Nossas cantigas são de alegria
Cheias de orgulho pela Nação!

Ultramar, N.º 1, Fevereiro de 1934, p. 4, *in* http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ultramar/N01/N01_item1/P4.html (consultado em 07/10/2019).

1. Complete o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço.

Transcreva para a folha de respostas apenas as letras e os números que correspondem à opção selecionada.

Ao ingressar, em 1928, como ministro no governo da Ditadura Militar, António de Oliveira Salazar deu prioridade absoluta à **a)** . Com a institucionalização do Estado Novo foi adotado, nos anos 30, um modelo **b)** de desenvolvimento económico assente numa política estatal fortemente **c)** , que conduziu a medidas como o **d)** .

a)	b)	c)	d)
1. política agrícola	**1.** protecionista	**1.** liberalizante	**1.** condicionamento industrial
2. estabilidade financeira	**2.** livre-cambista	**2.** keynesiana	**2.** planeamento quinquenal
3. balança comercial	**3.** socialista	**3.** dirigista	**3.** fomento ultramarino
4. construção de infraestruturas	**4.** planificado	**4.** coletivista	**4.** investimento tecnológico

2. Explicite dois princípios ideológicos do Estado Novo refletidos no documento 2.

Os dois princípios devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento.

3. A imagem **B** do documento 1 testemunha um momento de consagração política e social do Estado Novo, evidenciando

(A) o apaziguamento entre as diferentes classes sociais.

(B) a adesão da causa monárquica ao salazarismo.

(C) o envolvimento das elites na propaganda do regime.

(D) a conciliação entre republicanos e eclesiásticos.

4. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam à política colonial portuguesa, do Estado Novo à implementação da democracia.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

5. Apresente duas orientações da política colonial portuguesa no período do Estado Novo.

Uma das orientações deve ser fundamentada com informação da imagem **A** e a outra orientação com informação da imagem **C**, ambas do documento 1.

GRUPO IV

PROBLEMAS TRANSNACIONAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Relatório do Parlamento Europeu sobre as consequências económicas dos atentados de 11 de setembro de 2001

Os acontecimentos de 11 de setembro geraram [...] um sentimento de insegurança em todo o mundo, que se reflete numa deterioração do clima empresarial. [...]

O agravamento registado a nível económico irá repercutir-se de forma negativa na situação das finanças públicas. As despesas dos Estados-Membros na área da defesa e da segurança interna irão aumentar e terão de ser financiadas através de um maior endividamento [...] ou através de cortes noutras áreas. [...]

Os Estados-Membros deverão opor-se com determinação às exigências formuladas pelos agentes económicos e por alguns políticos que reclamam a concessão de ajudas estatais maciças [...] destinadas a atenuar as consequências dos atentados [...]. Todas as medidas desta natureza constituirão um retrocesso no sentido do intervencionismo estatal e devem ser encaradas com ceticismo. [...] A realização do mercado interno a nível das mercadorias e dos serviços, a integração dos mercados financeiros europeus [...] e a eliminação dos impasses estruturais do mercado de trabalho são algumas das medidas que devem ser implementadas. A reorientação dos orçamentos públicos para uma diminuição das despesas correntes e para um reforço dos investimentos em infraestruturas [...] poderia gerar impulsos sustentados de promoção do crescimento e do emprego [...].

A lição a tirar dos atentados [...] deverá ser utilizada para reforçar o papel político da Europa, o mercado interno no quadro da concorrência económica mundial e o euro. Necessitamos de uma economia forte, com menor intervenção do Estado e maior participação do mercado [...].

Othmar Karas, Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, 6 de fevereiro de 2002, *in* http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A5-2002-0031+0+DOC+PDF+V0//PT (consultado em 20/09/2019).

1. Os protagonistas dos atentados de 11 de setembro de 2001, a que se reporta o documento, procuraram afrontar

(A) a liderança hegemónica dos EUA no mundo.

(B) a supremacia económica da União Europeia.

(C) a influência política europeia no Médio Oriente.

(D) a ascendência diplomática americana na ONU.

2. Identifique a teoria económica implícita no pedido, «pelos agentes económicos e por alguns políticos», de «ajudas estatais maciças» à economia (linhas 7-9).

3. Os atentados de 11 de setembro de 2001 constituíram uma oportunidade para aprofundar a coesão europeia, redefinindo-se as diretrizes económicas e financeiras para os Estados-Membros.

Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação, fundamentando a sua resposta com excertos relevantes do documento.

4. No mundo contemporâneo subsistem diversos problemas que perpetuam o carácter periférico de determinadas regiões do globo e que constituem desafios que extravasam as fronteiras nacionais.

Associe essas regiões, apresentadas na coluna **A**, aos problemas aí predominantes, descritos nas frases da coluna **B**. Todas as frases apresentadas devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada a apenas uma das regiões do globo.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

COLUNA A	**COLUNA B**
(a) África Subsariana **(b)** Médio Oriente **(c)** América Latina	**(1)** Conflitos regionais pelo controlo de recursos petrolíferos. **(2)** Proliferação de doenças de carácter epidémico. **(3)** Movimentos migratórios massivos em direção aos EUA. **(4)** Problemas suscitados pelo traçado arbitrário de fronteiras. **(5)** Múltiplos conflitos armados de cariz religioso e nacionalista. **(6)** Crises humanitárias provocadas pela pobreza e pela fome. **(7)** Criminalidade organizada ligada ao narcotráfico.

FIM

COTAÇÕES

<table>
<tr><td rowspan="2">As pontuações obtidas nas respostas a estes 4 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.</td><td colspan="5">Grupo</td><td rowspan="2">Subtotal</td></tr>
<tr><td colspan="2">I</td><td colspan="2">II</td><td>III</td><td>III</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">1.</td><td colspan="2">1.</td><td>1.</td><td>2.</td><td></td></tr>
<tr><td>Cotação (em pontos)</td><td colspan="2">18</td><td colspan="2">20</td><td>18</td><td>18</td><td>74</td></tr>
<tr><td rowspan="11">Destes 11 itens, contribuem para a classificação final da prova os 7 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.</td><td colspan="6">Grupo I</td><td rowspan="11">Subtotal</td></tr>
<tr><td>2.</td><td>3.</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5">Grupo II</td></tr>
<tr><td>2.</td><td>3.</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5">Grupo III</td></tr>
<tr><td>3.</td><td>4.</td><td>5.</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5">Grupo IV</td></tr>
<tr><td>1.</td><td>2.</td><td>3.</td><td>4.</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5"></td></tr>
<tr><td colspan="5"></td></tr>
<tr><td colspan="5"></td></tr>
<tr><td>Cotação (em pontos)</td><td colspan="5">7 x 18 pontos</td><td>126</td></tr>
<tr><td colspan="6">TOTAL</td><td>200</td></tr>
</table>

ESTA PÁGINA NÃO ESTÁ IMPRESSA PROPOSITADAMENTE

ESTA PÁGINA NÃO ESTÁ IMPRESSA PROPOSITADAMENTE

Prova 723

2.ª Fase

VERSÃO 1